



PANORAMA SOCIAL E CIDADANIA:

Uma análise sobre o Brasil na ótica da comunicação

Maria José da Costa Oliveira¹

Depois de mais de vinte anos vivendo sob o regime autoritário, o Brasil só recentemente começou a resgatar seu processo democrático e, por isso mesmo, ainda precisa ganhar maturidade nesse processo, uma vez que democracia pressupõe, antes de mais nada, participação dos diversos grupos sociais nos assuntos de interesse público.

A falta de participação colabora, ainda mais, com uma performance sofrível do Brasil na área social, já que o investimento do governo em educação, saúde, assistência social, previdência e saneamento básico está aquém da real necessidade da população.

¹ Maria José da Costa Oliveira é Relações Públicas, Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, professora da PUC Campinas, coordenadora dos Cursos de Graduação em Relações Públicas e Publicidade e Propaganda e coordenadora do curso de Lato Sensu em Comunicação Pública e Gestão da Responsabilidade Social da METROCAMP. Organizadora do livro Comunicação Pública, editado em 2004.

Diversas fontes confirmam os problemas sociais que formam o panorama social brasileiro, revelando o impacto entre o alto índice de pobreza e corrupção e o baixo índice de desenvolvimento humano e eficácia no sistema de saúde.

Esse panorama evidencia a ineficiência do Estado e justifica o porquê do envolvimento cada vez maior de empresas, organizações não-governamentais e entidades sem fins lucrativos em causas sociais no Brasil e em todo o mundo.

A desintegração social vem chamando a atenção de estudiosos, políticos, imprensa e da população em geral, pois vem afetando direta ou indiretamente cada um de nós.

Capra, já em 1982 nos alertava para os crescentes problemas sociais, que hoje, na verdade, só se agravaram. Nesse sentido, ele afirma que:

“existem numerosos sinais de desintegração social, incluindo o recrudescimento de crimes violentos, acidentes e suicídios; o aumento do alcoolismo e do consumo de drogas; e um número crescente de crianças com deficiência de aprendizagem e distúrbios de comportamento (...) A par dessas patologias sociais, temos presenciado anomalias econômicas que parecem confundir nossos principais economistas e políticos. Inflação galopante, desemprego maciço e uma distribuição grosseiramente desigual da renda e da riqueza passaram a ser características estruturais da maioria das economias nacionais”. (Capra, 1982, p. 22)

Mesmo que em algumas nações já se tenha resolvido ou amenizado alguns dos problemas assinalados, como é o caso do Brasil na questão da inflação, uma transformação social torna-se necessária, principalmente com a participação dos diversos setores da sociedade, que deverão assumir maiores responsabilidades frente aos problemas que se apresentam.

Capra também reforça essa noção, ao afirmar que “uma resolução só poderá ser implementada se a estrutura da própria teia for mudada, o que envolverá transformações profundas em nossas instituições sociais, em nossos valores e idéias”. (1982, p. 23)

Ao verificarmos os problemas sociais, passamos a considerar importante que algo seja feito para se reverter esse quadro, criando novas alternativas e/ou multiplicando o que muitos já têm procurado fazer.

Porém, todo esse panorama deve ser analisado tendo como pano de fundo alguns conceitos e valores chaves, tais como confiança, ética, moral, solidariedade, capital social, sendo por isso aqui resgatado o conceito de cidadania.

1. Cidadania: em busca de uma conceituação

Há quem considere o termo mais uma panacéia, um modismo, questionando-o em função da vulgarização de sua utilização.

No entanto, mesmo diante de tal questionamento, acreditamos que o termo cidadania é o que consegue abarcar muitos valores sociais essenciais e, dentro dessa ótica, sua complexidade não abre possibilidade para um sinônimo adequado, já que outros termos só expressam parte de seu real significado.

Quando se fala em respeito aos direitos humanos, por exemplo, fala-se numa das facetas da cidadania, assim como quando se fala em participação nos negócios públicos.

Cidadania envolve deveres e direitos, inclusive os ecológicos, de gênero, étnicos e outros; liberdade de expressão; respeito à individualidade e às identidades específicas; justiça social; participação na esfera pública.

O que se sabe é que a conquista da cidadania é um processo histórico, que surgiu na Grécia antiga junto com a noção de cidadão. Nasceu com dimensão de exclusão e de manutenção da hierarquização social.

Podemos dizer que seu conceito foi radicalmente alterado, desde seu surgimento até os dias atuais, uma vez que hoje cidadania tem uma relação direta com democracia.

Scherer-Warren resgata bem esse momento histórico e a incoerência da noção de cidadania daquele período com a democracia, quando menciona que “tem-se aí uma democracia limitada, em que escravos, mulheres e crianças não são incluídos entre os cidadãos com direito à participação política” (1999, p. 59)

No entanto, o conceito de cidadania evoluiu e se tornou mais complexo, até em função da complexidade do mundo contemporâneo. Tal evolução do conceito sofreu a influência de correntes ideológicas e políticas que, por sua vez, contribuíram para a ampliação dos próprios direitos de cidadania.

As ideologias passaram a ser incorporadas no seu conceito, destacando-se daí o respeito à individualidade e às identidades específicas, garantia da participação na esfera pública e conquistas no campo da justiça social.

Vieira lembra que “a cidadania seria composta dos direitos civis e políticos - direitos de primeira geração -, e dos direitos sociais - direitos de segunda geração”(1999, p. 22). Os primeiros compreendem direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir, à vida, à segurança. Os direitos políticos referem-se liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, à participação política e eleitoral, ao sufrágio universal.

Os direitos de segunda geração incluem não só direitos sociais, como econômicos ou de crédito, onde se apresentam os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego.

Scherer-Warren (1999, p. 60) acrescenta, também, a luta por novos direitos, “os chamados direitos de terceira geração (ecológicos, de gênero, étnicos, etc.)”, que passaram a receber atenção tanto dos governos, quanto de empresas, organizações do terceiro setor e sociedade em geral.

Para Vieira, “trata-se dos direitos que têm como titular não o indivíduo, mas grupos humanos como o povo, a nação, coletividades étnicas ou a própria humanidade”. (Vieira, 1999, p. 23)

A autora ainda destaca que “já se fala hoje de ‘direitos de quarta geração’, relativos à bioética, para impedir a destruição da vida e regular a criação de novas formas de vida em laboratório para engenharia genética” (Vieira, 1999, p. 23)

Lembramos que a conquista da cidadania tem sido pauta de inúmeros movimentos sociais deflagrados na América Latina e no Brasil, pois, durante os regimes militares, por exemplo, o enfoque predominante era a luta pela libertação contra o autoritarismo, as restrições políticas, pela anistia, liberdade de expressão, transformação do regime político.

Posteriormente, passam a vigorar lutas pela democratização, com justiça social, priorizando-se” a defesa de direitos sociais, econômicos e culturais, como o direito das minorias, o repensar o desenvolvimento diante da degradação ecológica e da exclusão social”. (Scherer-Warren, 1999, p. 60)

Hoje, portanto, os direitos de cidadania estão relacionados com os processos de democratização da sociedade, sendo que para Peruzzo:

“ser cidadão é ter direito de ver-se protegido legalmente, de locomover-se, de interferir na dinâmica política, de votar e ser votado, de expressar-se. É também ter

o direito de morar numa casa digna, de comer bem, de poder estudar e trabalhar. É, por fim, ter o direito de participar, com igualdade, na produção, na gestão e na fruição dos bens econômicos e culturais”. (1999, p. 287)

Ao destacar, no conceito de cidadania, o respeito aos direitos do cidadão, não se pode deixar de incluir os deveres do mesmo, pois o cidadão não é um indivíduo isolado. Ele faz parte de uma sociedade cujas relações sociais implicam respeito aos direitos do outro.

Após essas rápidas reflexões iniciais sobre o conceito de cidadania, acreditamos que seja o momento de analisar principalmente conceitos como confiança e solidariedade, que, ao nosso ver se entrelaçam com a ética, a moral, o capital social e podem ser considerados como virtudes sociais fundamentais para a criação da prosperidade.

Julgamos que a aproximação entre esses conceitos, dentro do contexto de cidadania, é evidente, pois a *solidariedade*, por exemplo, em geral é concebida quando existe uma relação de *confiança*, seja entre os membros de um mesmo grupo, seja entre esses e outros grupos. Ao mesmo tempo, dentro dessa relação de confiança, pressupõe-se o respeito a determinadas regras, onde encontramos o destaque para a noção de *ética e moral*.

Aqui é pertinente lembrar que um grupo pode ser definido como um conjunto de pessoas que mantêm uma relação de interdependência, no qual o comportamento de cada um interfere nos demais. Um grupo também compartilha de um conjunto de normas, valores e ideologias e todos esses itens estabelecem uma conduta mútua.

Portanto, o estabelecimento de uma relação de aproximação entre os entes sociais, pautada na *confiança, ética, moral, solidariedade*, torna-se condição *sine qua non* para a própria sobrevivência dos grupos sociais, além de permitir que o processo de construção da cidadania seja deflagrado, a ponto de possibilitar o alcance da propagada prosperidade.

2. Capitalismo X Virtudes Sociais

Diferentes correntes ideológicas e políticas como o liberalismo, a democracia, o socialismo colaboraram para a constituição do que hoje se entende por cidadania.

No entanto, mesmo incorporando essas ideologias, vale destacar que o cenário brasileiro onde se configuram os problemas sociais aqui apresentados é constituído por uma economia capitalista, que influi diretamente na cultura de nossa sociedade e, conseqüentemente, no comportamento das pessoas.

Esse aspecto de influência do capitalismo no comportamento da sociedade é algo essencial de se considerar, uma vez que essa estrutura econômica ainda carece de uma alternativa para incluir os excluídos do processo produtivo.

Sabemos que é difícil alcançar níveis mais elevados de discussão sobre cidadania numa sociedade em que a falta de atendimento às necessidades sociais mais básicas é uma realidade e a estrutura econômica deixa de contemplar aqueles que estão fora do processo produtivo.

Essa noção é bem destacada por Thurow, quando afirma que “os perdedores, aqueles que são deixados de fora e não podem fazer o sistema funcionar, refugiam-se no fundamentalismo religioso, onde um mundo de certezas substitui um mundo de incertezas. (1997, p. 34)

É necessário que a sociedade passe a rever alguns aspectos de nossos sistemas econômicos que, em geral, não contemplam muitas das necessidades sociais, em especial aquelas que surgiram em decorrência das novas circunstâncias do mundo contemporâneo.

Nessa complexidade, nos deparamos com inúmeros conflitos. Porém, um dos que mais chamam a nossa atenção diz respeito ao que se dá entre os fundamentos igualitários da democracia e a realidade não-igualitária do capitalismo, que por sua vez tem sido atenuado pelo enxerto de investimentos sociais e do Estado do bem-estar social no capitalismo e na democracia.

O capitalismo, somado ao processo de globalização, tem apresentado como efeitos colaterais a ampliação das desigualdades, o desemprego em alta, uma crescente força de trabalho de rejeitados.

O fato, portanto, do capitalismo e da globalização excluírem todos os que estão fora do processo produtivo, acaba gerando um problema social de proporções alarmantes e que por isso não pode ser ignorado.

Se o capitalismo não é capaz de incluir os excluídos e, portanto, resolver essa situação, o caos social deverá ser uma natural consequência da omissão em relação a essa população “marginalizada”, que deixa, por sua vez, de acreditar nas políticas sociais e de exercer a cidadania.

O capitalismo viveu um período de ameaça com o surgimento do socialismo, comunismo, que obrigou seus defensores a reverem o impacto de suas características. Mais recentemente, essas ameaças ao capitalismo sucumbiram.

No entanto, os problemas sociais, representados principalmente pela pobreza e violência, transformaram-se na maior ameaça ao capitalismo que precisa buscar alternativas, mesmo sem estar sendo pressionado por outro tipo de sistema econômico.

Uma sociedade que conheça o equilíbrio entre a igualdade, a liberdade e a fraternidade, parece ser um caminho a ser trilhado, e uma alternativa dentro do capitalismo. Para tanto, o esforço conjunto e consciente dos diferentes atores sociais, envolvendo principalmente o 1o., o 2o. e o 3o. setores, torna-se fundamental.

A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo I, reforça essa noção, de forma mais contundente, ao assinalar que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”.

Tais considerações revelam a importância de virtudes sociais, como por exemplo, a confiança, uma vez que segundo Fukuyama:

“a atividade econômica representa uma parte crucial da vida social e se entrelaça com uma grande variedade de normas, regras, obrigações morais e outros hábitos que, juntos, moldam a sociedade.(...) Uma das lições mais importantes que se aprende com um exame da vida econômica é que o bem-estar de uma nação, bem como sua capacidade de competir, é condicionado a uma única, abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade. (1996, p. 21)

Podemos dizer que formar uma comunidade baseada na confiança mútua é fundamental para a resolução dos problemas sociais, principalmente os referentes à pobreza, à miséria e à violência, incluindo-se ainda o cumprimento das leis, o respeito para com os cidadãos, o respeito para com os consumidores, a democratização e ética no espaço público, para que a cidadania seja exercida em sua plenitude.

A comunidade que conta com um alto nível de confiança, de acordo com Fukuyama, é “formada não na base de regras e regulamentos explícitos, mas em função de uma série de hábitos éticos e obrigações morais recíprocas compartilhados por todos os membros da comunidade”.(1996, p. 23)

Nesse sentido, a confiança e a capacidade de associação vêm sendo destacadas como fundamentais para resolver ou mesmo amenizar aqueles aspectos que o capitalismo ainda deixa de contemplar.

Nos dizeres de Pereira:

“a tendência a formar associações é que possibilita melhor desempenho econômico e maior desenvolvimento - a confiança e as redes criadas mediante associações passam ao cenário produtivo, constituindo um capital social que em todos seus aspectos é tão importante quanto as riquezas naturais ou o capital físico”. (Pereira, 1999, p. 407)

Com essa perspectiva, podemos dizer que o capitalismo encontra uma alternativa para considerar os problemas sociais, deixando de ser tão excludente, permitindo que o sistema econômico seja revisto a ponto, talvez, de subordinar-se ao homem e não o inverso.

Provavelmente em países de primeiro mundo essa noção já esteja mais consolidada. Mas os países da América Latina, por exemplo, ainda necessitam de um amplo trabalho de investimento nesse sentido. Por isso mesmo, Pereira concorda com a necessidade de se valorizar o capital social, dizendo que:

“se enriquecido com noções mais plenas e se construído sobre os alicerces sólidos da formação do capital humano, o capital social pode muito bem constituir uma bússola, um guia confiável para percorrer a rota que permitiria tirar da pobreza um número ainda crescente de pobres na América Latina”(1999, p. 408)

A capacidade de associação depende, por sua vez, do grau em que as comunidades compartilham normas e valores e mostram-se dispostas a subordinar interesses individuais aos de grupos maiores. Desses valores compartilhados nasce a confiança, e confiança (...) tem um grande e inestimável valor econômico. (Fukuyama, 1996, p. 25)

A sociedade brasileira tem uma cultura caracterizada por uma atuação coletiva restrita, reforçando a dificuldade do brasileiro alcançar o consenso e buscar soluções de maneira conjunta.

Tal postura justifica-se em função de que as ações coletivas sempre foram mais visadas e por isso mais combatidas, principalmente durante os governos autoritários, que

colaboraram para que prevalecesse esse tipo de cultura, que classifica o Brasil como um país de baixo nível de confiança.

Claro que esse panorama vem se transformando. Começa a ser aceito um pensamento de que a força das ações coletivas é muito maior, e que mesmo tendo que adaptar suas necessidades às do grupo, o indivíduo conseguirá mais eficazmente atender seus objetivos.

Ao resgatar o panorama brasileiro é da mesma forma importante lembrar que, para o funcionamento adequado da democracia e do capitalismo, é preciso cultivar valores junto à sociedade, tais como reciprocidade, obrigações morais, deveres em relação à comunidade e confiança que, segundo Fukuyama, são baseadas mais no hábito do que no cálculo racional, pois “essas premissas não são anacronismos numa sociedade moderna; pelo contrário, são a condição sine qua non para o seu sucesso”. (Fukuyama, 1996, p. 26)

Portanto, quando se fala em cidadania não se pode excluir suas bases, que para nós encontram-se em conceitos como confiança, ética, moral, solidariedade, capital social.

Podemos perceber, por exemplo, que a confiança existente nos grupos sociais, seja intra ou inter grupos, é fundamental para impulsionar a solidariedade. Aliás, tradicionalmente a solidariedade é vista como algo que faz parte da essência do ser humano.

Rorty, nesse sentido, destaca que:

“a maneira filosófica tradicional de explicar aquilo que entendemos por << solidariedade humana >> é dizer que há algo dentro de cada um de nós - a nossa humanidade essencial - que ressoa com a presença dessa mesma coisa em outros seres humanos”. (Rorty , 1994, p. 235).

Entretanto, Rorty contesta essa maneira filosófica tradicional de analisar a solidariedade, pois para ele é a contingência que leva o indivíduo a adotar determinadas posturas:

“A nossa insistência na contingência e a nossa conseqüente oposição a idéias tais como as de << essência >>, << natureza >> e << fundamento >> tornam impossível retermos a noção de que algumas acções e atitudes são naturalmente << desumanas >>. É que esta insistência implica que aquilo que conta como sendo um ser humano decente seja relativo às circunstâncias históricas, seja questão de

um consenso passageiro quanto a saber que atitudes são normais e que práticas são justas ou injustas”. (Rorty, 1994, p. 235)

É da mesma forma importante destacar que a solidariedade humana deve ser vista como um objetivo a se atingir. Nos dizeres de Rorty, trata-se de “um objetivo a atingir não pela investigação, mas sim pela imaginação, pela capacidade imaginativa de ver em pessoas estranhas companheiros de sofrimento” (1994, p. 18)

Assim, a solidariedade surge de acordo com o aumento de nossa sensibilidade à dor e à humilhação de outras pessoas, que não fazem parte de nosso ciclo de familiares, parentes e amigos, tornando mais difícil marginalizar tais pessoas.

Hoje a contingência vem formando uma sociedade mais consciente, que exige das organizações responsabilidade social. É o que nos lembra mais uma vez Srouf, ao destacar que:

“todas essas transformações, no entanto, não resultaram de algum voluntarismo altruísta. Decorreram de inúmeras pressões que a cidadania organizada exerceu no cotidiano das empresas e das ruas. E o processo da intervenção política da sociedade civil veio testando as suas forças e veio redefinindo as relações capitalistas desde o período entre as duas guerras mundiais”. (1998)

Essa cidadania organizada nada mais é do que a sociedade civil atuando de forma mais decisiva numa esfera pública não-estatal, ou seja, num campo denominado como Terceiro Setor, onde prevalecem os valores de solidariedade e outras virtudes sociais.

No caso do Brasil, a sociedade civil organizada ainda está sendo construída, reforçada e consolidada, mas já vem dando provas de sua importância e influência junto às políticas públicas, seja por meio do crescimento das entidades sociais, seja por meio de uma ação mais efetiva das associações de bairros, igrejas, partidos políticos e outros.

Srouf reforça a importância da cidadania organizada ao descrever o panorama de parceria entre Estado, mercado e sociedade:

“O novo desenho conjuga leis de mercado e planejamento indicativo do Estado, facilita parcerias entre Estado e sociedade e amarra as ações das organizações a pautas morais de caráter social, facilita o acesso da população aos benefícios gerados pelas inovações tecnológicas, distingue as organizações estatais das organizações públicas (não-governamentais) no atendimento às necessidades de

consumo coletivo, amplia, por fim, o espaço público, fazendo com que o interesse comum readquira sua natureza primordial de controle exercido pelos cidadãos sobre a coisa pública (res pública)".(1998)

3. Relacionamentos sociais e cidadania

Dentro do contexto da cidadania, analisar os relacionamentos sociais parece-nos de fundamental importância, dada sua interligação explícita. Afinal, é a partir da forma como se dá o relacionamento social que se pode analisar a forma como é exercida a cidadania. Esse relacionamento social, para trazer benefícios para a sociedade, deveria se dar, como já analisado, numa base de confiança, respeito, ética, solidariedade.

No entanto, esse nível de confiança e, conseqüentemente, de respeito, ética e solidariedade varia conforme a própria cultura da sociedade. Isso não significa que por meio de um trabalho de longo prazo voltado para a educação e conscientização da população, envolvendo os diferentes entes sociais, não seja possível elevar tal nível.

Dessa forma, vale aqui enfatizar os relacionamentos sociais informais, que foram por muito tempo negligenciados pelos estudiosos da comunicação ou relegados a segundo plano.

Entretanto, alguns estudiosos mais atentos, chegaram a analisar tais relacionamentos, como é o caso de Katz e Lazarsfeld (1955, p. 4 apud DeFleur; Ball-Rokeach, 1993, p. 214), ao considerarem “a sociedade caracterizada pela escassez de relações interpessoais e por uma organização social amorfa”, o que provoca a ausência de valorização dos relacionamentos sociais informais, dificultando o maior desenvolvimento do trabalho voluntário e a ampliação da solidariedade e mesmo do nível de confiança da sociedade.

Com isso, torna-se cada vez mais necessário resgatar o relacionamento entre as pessoas, como forma de garantir o exercício da cidadania, pois como o indivíduo isolado, sem contato com a problemática social, pode se sensibilizar para atuar como cidadão e ter cada vez mais consciência de seus direitos e deveres?

O indivíduo isolado tende a ser mais egoísta, mais intolerante. Portanto, os veículos de comunicação devem passar a exercer um papel preponderante nesse contexto, uma vez

que podem ser capazes de influir diretamente no sucesso ou insucesso do futuro da sociedade.

Evidentemente, a eles não pode ser atribuída toda a responsabilidade. Porém, devemos reconhecer que sua influência nos valores da sociedade moderna tem sido marcante, a ponto de muitos questionarem a própria liberdade de expressão, que por vezes é praticada sem responsabilidade.

Por outro lado, alguns dirigentes de veículos de comunicação, ainda que muitos questionem seus reais objetivos, estão atentos à cobrança que a sociedade começa a fazer sobre sua atuação cidadã. Afinal, como empresa, tais veículos também devem assumir sua responsabilidade social.

Dessa forma, algumas campanhas de cidadania são veiculadas, bem como ações são implementadas por meio, inclusive, de fundações, como é o caso da Globo que conta com a Fundação Roberto Marinho.

Cabe lembrar, porém, que, enquanto os meios de comunicação de massa têm merecido espaço de discussão e debate sobre sua importância e influência, os relacionamentos informais nem sempre são devidamente valorizados.

Parece-nos que os veículos de comunicação de massa estão tão presentes na sociedade moderna, que já não se acredita na força da comunicação advinda dos relacionamentos informais.

No entanto, ao que tudo indica, os relacionamentos informais são fundamentais dentro de qualquer sociedade, e principalmente num processo de construção da cidadania, até porque faz parte da natureza humana o convívio em grupo. Talvez o nosso grande equívoco seja tentar negar e ignorar essa natureza.

Resgatar os relacionamentos informais parece ser um caminho necessário para que a convivência e a atuação comunitária tornem-se práticas que conduzam ao exercício da cidadania.

No caso brasileiro, podemos dizer que, mesmo sendo a interação social intensa, ainda não é realizada de maneira organizada, comprometendo o alcance de objetivos voltados ao interesse público.

4. Comunicação no espaço público

A conscientização sobre cidadania e conseqüente atendimento às necessidades sociais demanda uma análise sobre o papel da comunicação, seja ela formal ou informal, com sua complexidade e abrangência, destacando-se a Comunicação Pública, ou seja, a comunicação que se processa no espaço público, que inclui a informação cívica e a *accountability*.

O conceito de *accountability* está claramente relacionado à responsabilidade de organizações e pessoas por decisões e pelas conseqüências de suas ações e inações, e o de, portanto, ser um exemplo para outros.

“Aquele que é accountable aceita a responsabilidade e mantém sua integridade, evitando a “aparência de improbidade” e resguardando (no caso de uma organização) sua reputação” (Coelho, 2000, p. 171).

Em outras palavras, “a sociedade espera que accountable seja um modelo de responsabilidade moral” (Coelho, 2000, p. 171), estando próximo da noção de comprometimento social, envolvendo todos os aspectos que dele decorrem, pois ser considerado *accountable*, é contar com alto nível de credibilidade junto à sociedade e aos mais diversos públicos.

Esse é um conceito que as pessoas e todo tipo de organização precisam buscar, para se promover uma relação de confiança e ética, que aproxime e incentive a participação comunitária e a integração entre os diferentes setores da sociedade.

Para que, por exemplo, uma organização seja *accountable*, deve ser transparente, permitindo o acesso e a exposição de seus objetivos e resultados; ser íntegra, responsabilizando-se por suas ações de impacto positivo ou negativo, ou mesmo pela falta de ações, por suas decisões e conseqüências; e prestar contas à opinião pública, sendo, portanto, aberta à fiscalização em todos os aspectos gerenciais.

Essa é uma postura que, conforme Coelho “(...) vai além da obediência a regras formais. A lei pode prover um caminho padrão de procedimentos, mas não necessariamente um caminho ético”.(Coelho, 2000, p. 173), requerendo, antes de tudo, a clara definição da missão e objetivo da organização.

Com tais considerações, é possível perceber que a Comunicação Pública se transforma num desafio para os profissionais da área, para as instituições e a sociedade

como um todo, pois sua prática depende da superação da crise de confiança existente no Brasil.

Para que o conceito de accountability seja implementado, indivíduos e organizações precisam estabelecer um relacionamento comprometido com a verdade, o respeito, a ética, a conscientização, a educação e a democracia.

Assim, conceitos como líderes de opinião e lobby podem complementar nossa análise, principalmente porque tais conceitos têm relação direta com a comunicação para a cidadania. Por isso, na seqüência, dedicamo-nos a expor algumas considerações sobre os mesmos.

5. A influência social dos líderes de opinião

Uma análise sobre o papel dos líderes de opinião torna-se necessária, pois a influência que exercem sobre os indivíduos pode ser determinante para o fortalecimento do processo de cidadania. Além disso, o contexto social exige a identificação e direcionamento de ações voltadas às lideranças de opinião, por meio das quais pode-se envolver os diversos grupos sociais, na definição de políticas públicas.

De acordo com Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948, apud Lesly, 1995, p.51) “muitas vezes as idéias vão do rádio e imprensa para os líderes de opinião e deles, para os setores menos ativos da população”.

Vejamos, portanto, alguns aspectos que podem caracterizar os líderes de opinião:

- Aqueles indivíduos que estão em maior contato com a mídia.
- Desempenham um importante papel ao prover interpretações que ajudam a moldar as intenções daqueles a quem passam informações.
- De modo geral, os líderes de opinião que são influentes no processo de adoção parecem-se muito com aqueles a quem influenciam.
- A liderança de opinião não é obrigatoriamente exercida por pessoas mais elevadas na hierarquia do que as que são influenciadas.
- Estão amplamente dispersos através de todas as classes sociais.
- A posição no ciclo vital era uma variável crítica determinante de quem influencia a quem e em que área.
- Quando comparados ao resto da população, verifica-se que os líderes de opinião são consideravelmente expostos ao rádio, aos jornais, a revistas, isto é, aos meios de

comunicação formais.

Philip Lesly faz uma análise especial sobre os líderes de opinião e sua relação com os meios de comunicação de massa, afirmando que:

“o líder é normalmente mais exposto à mídia ligada à sua área de influência após o seguidor ter sido influenciado pelo líder de opinião, os meios de comunicação de massa poderão lhe oferecer materiais e argumentos que o seguidor utilizará para fortalecer sua opinião recém-adquirida”(1995, p. 51)

Lesly também destaca a dificuldade de se identificar os líderes de opinião, pois para ele,

“enquanto o conceito de líderes de opinião é revelador, o problema de localizá-los é geralmente impossível de se superar. Como estes não são claramente identificáveis, seja por posição, seja por outros meios; com base nessa teoria mantém-se a necessidade de manter concentração na mídia de massa - que é de onde os líderes de opinião têm a tendência de retirar o combustível para desenvolver as opiniões que passam para os outros”(1995, p. 52)

Mesmo nos dedicando a analisar em especial o conceito de líderes de opinião, é importante lembrar que é possível identificar três grupos distintos de categoria “líder” e grande parte deles está cada vez mais afastada de contatos diretos com o público em geral:

- Ativistas vocais - que se devotam a levar uma causa adiante.
- Líderes de opinião - mídia de massa e educadores-chave.
- Líderes com poder - legisladores, chefes de setores governamentais, juízes e outros que detêm o poder para empreender ações que afetam organizações e a sociedade.

Para Lesly:

“o grupo mais visado tem sido crescentemente o dos líderes de (com) poder. Eles podem, de fato, fazer as coisas acontecerem e cada vez mais sentem que devem iniciar ações que afetam organizações privadas em vez de apenas mover quando exigências públicas ou necessidades são sentidas. Os ativistas vocais, a mídia, os grupos de indivíduos influentes e os grupos, assim como o público em geral, possuem meios de influenciar os líderes com poder mas têm pouco poder por si sós” (Lesly, 1995, p.52).

Ao pensar a transformação da sociedade, percebe-se o quanto deve ser destacado o papel dos líderes, sejam eles ativistas vocais, líderes de opinião ou líderes com poder, dada sua influência junto à sociedade.

Diante das questões sociais, a força de influência dos líderes merece ser considerada, pois, ao assumirem uma causa, são capazes de influenciar a opinião pública e levá-la adiante.

Cabe destacar que atualmente, além dos líderes em suas diferentes categorias, surge um conceito fortemente defendido na construção da cidadania que é o protagonismo.

Baseados na definição de que ser um protagonista significa desempenhar ou ocupar o primeiro lugar num acontecimento (Ferreira, 1989, p. 534), podemos entender a clara interligação entre protagonismo e liderança.

Observa-se, porém, que o protagonismo pode ser entendido como uma versão mais aprimorada e atualizada de liderança, pois inclui responsabilidade e comprometimento sobre as idéias que ajuda a propagar e deixa clara sua participação dentro do grupo social ao qual está vinculado.

Nesse sentido, o termo protagonismo parece mais apropriado quando se trata de cidadania, uma vez que o indivíduo pertencente àquele grupo social deve exercer um papel preponderante e ao mesmo tempo integrado com os demais membros do grupo.

A partir da identificação dos problemas sociais, é necessário realizar um trabalho de conscientização sobre os mesmos, procurando sensibilizar os líderes ou protagonistas para que seja estabelecida a multiplicação de uma postura cidadã.

É nesse contexto que devemos destacar um outro conceito importante para o presente trabalho: lobby. Antes, porém, lembramos que “as influências que chegam aos líderes com poder, vêm muito mais dos ativistas vocais e líderes de opinião do que aquelas que chegam do público e da maioria das organizações privadas”. (Lesly, 1995, p. 54)

6. Cidadania, lobby e grupos de pressão

Dentro dos relacionamentos sociais, evidenciando seu poder de influência, lobby merece nossa atenção, tendo em vista o fato de ser uma atividade ligada aos líderes de opinião e que se destina a influenciar em especial os líderes com poder.

Dessa forma, identificamos algumas definições existentes sobre essa atividade, sendo que, de acordo com o Dicionário de Comunicação, lobby é

“o exercício de influência, pressão e persuasão para obter atitude favorável em relação a um indivíduo ou instituição, de modo a efetivar um voto legislativo ou uma posição administrativa (sic). Podem ser consideradas atividades de lobby os meios utilizados para influenciar políticos ou funcionários governamentais de forma direta (contatos pessoais, correspondências, etc) ou indireta (através dos meios de comunicação ou de fatos capazes de sensibilizar a opinião pública, atingindo deste modo os representantes da comunidade)”. (Rabaça e Barbosa, 1987, p. 371)

A definição acima estabelece de forma bastante clara a relação entre lobby, relações sociais (formais e informais), líderes de opinião, meios de comunicação, opinião pública e, conseqüentemente, cidadania. Além disso, destaca que os instrumentos formais e informais de comunicação podem, por sua vez, atuar para fortalecer a ação de lobby, até porque o lobby é também classificado como direto e indireto.

O que se percebe é que o lobby pode ser visto como uma forma da sociedade exercer a cidadania, uma vez que possibilita influenciar as políticas públicas, apesar de que muitas vezes vamos encontrá-lo sendo exercido de forma amadora. Porém, mesmo assim, ele pode ser eficiente.

Vale aqui incluir as considerações de Speers sobre lobby, pois segundo ele, “há uma tendência para se considerar lobby uma atividade destinada a influenciar o poder de decisão na área governamental, quer seja junto ao poder executivo, quer seja junto ao poder legislativo”. (1986, p. 150)

Contudo, o próprio autor diz que “o lobby não se restringe às áreas governamentais, já que o poder de decisão, que é o seu objetivo, é encontrado em todo grupo organizado”. (Speers, 1986, p. 151). Daí considerarmos fundamental a análise desse aspecto, principalmente porque cidadania subentende o conceito de sociedade civil organizada.

O lobby tem uma imagem desgastada diante da opinião pública, dada sua característica de, muitas vezes, buscar atender a interesses particulares à empresa ou a determinados grupos, mesmo que resulte em prejuízos para outros envolvidos, como a comunidade, os consumidores, os funcionários, a população em geral. Nesse sentido, ele se contradiz com o conceito de cidadania.

Conforme Speers, “apesar de uma imagem ainda negativa, o lobby, quando devidamente usado, é fator de equilíbrio social e exercício democrático”. (1986, p. 151), pois a informação, seja ela por meio dos veículos formais de comunicação de massa ou de comunicação dirigida, seja por meio de comunicação informal, é que geralmente influencia o poder.

No entanto, concordamos com Lodi que afirma que:

“o lobby praticado no Brasil é quase exclusivamente o de grupos econômicos e associações afins, por estarem mais organizados e profissionalizados (sic) O lobby não econômico é incipiente, ingênuo e amadorístico e esse caráter “naif” enfraquece o próprio conceito da atividade política” (Lodi, 1986, p. IX) e, acrescente-se, de cidadania.

Lodi lembra que:

“há interesses que poderiam estar organizados como grupos de pressão”, pois “defender ou satisfazer interesses junto aos poder público é um ato natural, que tanto pode ser exercido por uma comunidade de bairro, um grupo indígena, um conjunto de igrejas, um conjunto de interessados em ecologia, uma associação de pais e mestres, como por um grupo econômico” (Lodi, 1986, p. IX)

Mas a sociedade civil já vem aprendendo a se organizar para cobrar das autoridades competentes seus direitos de cidadania. Mesmo assim, no contexto de cidadania, lobby é muitas vezes questionado por ser visto como um instrumento ligado à visão corporativa de grupos de interesse, o que pode significar a apropriação indevida de espaços públicos em função de interesses particulares.

Vieira faz uma importante distinção entre movimentos sociais e grupos de pressão, descrevendo que:

“os primeiros exercem uma função pública, pois defendem interesses públicos de forma aberta e transparente, fortalecendo com sua ação a esfera pública. Já os segundos, (...) se caracterizam pela defesa de seus interesses particularistas”. (Vieira, 1999, p. 62)

Mesmo lobby sendo, muitas vezes, associado a interesses particulares, acreditamos que essa é uma visão limitada de sua ação, que pode ser estendida a movimentos populares, influenciando o poder de decisão para causas públicas.

7. Considerações finais

O panorama social brasileiro revela a necessidade de se resgatar virtudes sociais fundamentais para a convivência e para a instituição de ações coletivas voltadas ao interesse público.

Um elevado grau de relacionamento social baseado em confiança, solidariedade, ética e responsabilidade precisa ser estabelecido. Para tanto, a influência de lideranças pode ser fundamental, permitindo o atendimento às necessidades sociais, que exigem um esforço conjunto das instituições e de todos os membros da comunidade.

Isso porque a ação integrada de todos os setores da sociedade requer o estabelecimento de uma política pública a partir da interlocução entre os diferentes setores da sociedade.

Para que a cidadania passe a ser exercida, é preciso, além de investimento, mobilizar a opinião pública, identificando os líderes de opinião, incentivando a prática da comunicação pública e do lobby, além de instituir, com o apoio dos veículos de comunicação, campanhas de educação e conscientização democrática.

Referências Bibliográficas

- CAPRA, F. *O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- COELHO, S. C. T.. *Terceiro Setor: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.
- DEFLEUR, M.L; BALL-ROKEACH, S. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993
- FERREIRA, A. B.H. *Dicionário*, 1988.
- FUKUYAMA, F. *Confiança: As Virtudes Sociais e a Criação da Prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- KATZ & LAZARFELD. *Personal Influences*, pp. 15 – 17.
- LAZARFELD, BERELSON, GAUDET. *As escolhas das pessoas*. New York: Columbia University Press, 1948.
- LESLY, P. *Os Fundamentos de Relações Públicas e da Comunicação*. São Paulo: Pioneira, 1995.

- PEREIRA, L. C. B; GRAU, N. C. (orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- RABAÇA, C.A. & BARBOSA, G. *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- RORTY, R. *Contingência, Ironia e Solidariedade*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999
- SPEERS, N. *Relações Públicas para clientes e profissionais*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1986.
- SROUR, R.H. *Poder, Cultura e Ética nas Organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- THUROW, L. C. *O Futuro do Capitalismo: Como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- VIEIRA, L. *Cidadania e Globalização*. 3a. Edição, Rio de Janeiro: Record, 1999.